



PRIVATIZAÇÃO

A LUTA NÃO ACABOU

Ao contrário do que vem sendo divulgado por aí, dando conta de que o presidente eleito não irá privatizar a Eletrobras e suas empresas, os fatos concretos apontam o contrário. Basta ver as manchetes de importantes jornais de economia, como por exemplo, a Folha de São Paulo, de 18/10/2018 e o Estadão:

Liberais de Bolsonaro querem 'goldenshares' para destravar privatização com militares

Tese é que ações especiais, usadas na venda de Embraer e Vale, podem quebrar resistência dos militares.

A equipe de Jair Bolsonaro (PSL) planeja ampliar o uso de ações especiais, conhecidas como "golden shares", para aplacar resistências e viabilizar seu programa de privatizações, avaliado em R\$ 700 bilhões. O plano de aliados de Bolsonaro, caso o capitão reformado do Exército seja eleito, é vender o controle de cerca de 150 estatais - um terço delas criadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT.[...]

(Folha de São Paulo - Por Mariana Carneiro e Julio Wiziack)

Bolsonaro defende privatização com uso de 'Golden Share'

Em vídeo nas redes sociais, deputado diz que uso de ações de classe especial pode proteger Brasil contra interesses dos chineses.

O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) publicou um vídeo nas redes sociais, na manhã deste domingo, em que discorre sobre suas propostas como candidato à presidência. No vídeo, ele diz que discutiu "com amigos da área econômica" o tema das privatizações e voltou a defender a utilização de ações de classe especial, as chamadas "golden share", na alienação de empresas estatais — como já havia feito em entrevistas recentes.

"Discuti isso com amigos da área econômica: como você fazer essas privatizações de modo que a China ou qualquer país que seja não seja dono do Brasil", disse o deputado. Ele defendeu a "goldenshare" como uma forma de "o Brasil ter oportunidade de decidir nas questões estratégicas". Afirmou ainda, citando a Embraer, que um formato possível de privatização é a venda de ações de forma pulverizada. "Nessa linha, nós podemos partir", disse.

O vídeo foi gravado em formato de entrevista, com o jornalista Carlos Campbell fazendo perguntas ao deputado.

(Estadão)

O que esperar do eleito?

O CNE e sindicatos alertaram para os riscos da eleição de candidatos que defendessem as ideias neoliberais de estado mínimo e, portanto, a privatização de estatais, o que está claro no plano de governo e nas declarações de Bolsonaro, embora tenha jogado cortina de fumaça em muitos temas, agindo com dubiedades e imprecisões.

No caso da Eletrobras, o candidato chegou a dizer que queria manter o "miolo" da geração de energia sob controle do Estado, mas nunca ficou claro o que seria o "miolo" e a que tipo de controle se referia.

Há também de se considerar que Bolsonaro jamais escondeu que não entendia nada de economia, mas Paulo Guedes é que definiria os "rumos". Ora, quem conhece Paulo Guedes (basta ouvir uma entrevista dele), conhece sua sanha privatista.

Dessa forma, não há porque acreditar que a Eletrobras está fora de perigo.

Como agravante, assistimos nos últimos dias o presidente eleito lançar vários balões de ensaio e voltar atrás, como por exemplo, na indicação, para o cargo de ministro, de um ex-parlamentar que foi condenado em segunda instância e vem cumprindo a pena em regime semi-aberto. Tão logo foi publicado, Bolsonaro voltou atrás e negou a indicação.

Isso demonstra a necessidade de mantermos uma forte mobilização dentro do congresso, continuando

também o trabalho de denúncia e esclarecimento da população sobre os malefícios da privatização, cujo principal resultado é o aumento da tarifa, como aconteceu recentemente em Roraima, que teve a tarifa aumentada em mais de 38% tão logo assinou o seu contrato de nova concessão.



Golden Share (ao pé da letra, ação de ouro) é um termo usado no mercado acionário para nomear ações especiais que são “retidas” pelo poder público no momento em que se desfaz do controle acionário de suas empresas.

É uma espécie de participação acionista detida pelo Estado que, apesar de passar a ser minoritário, confere alguns poderes especiais, como veto, por exemplo, em assuntos estratégicos.

É uma forma de privatizar mantendo algum controle. Ocorre que este controle é relativo se considerarmos o histórico da relação entre iniciativa privada e Estado no Brasil. Além do mais, normalmente, o veto fica restrito a questões estratégicas, ou seja, o novo controlador normalmente fica livre para operar mudanças organizacionais profundas e política de preço, afetando trabalhadores e consumidores como em qualquer outro tipo de privatização.

AUDIÊNCIA PÚBLICA MARCARÁ A CONTINUIDADE DA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

A Câmara dos Vereadores de São Luís confirmou a realização da 2ª Audiência Pública para tratar da Eletrobras, desta vez o foco serão os impactos na economia do Estado, com o tema: **“IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E ELETRONORTE NA ECONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO”**.

O evento será realizado na **próxima Sexta, dia 09/11, às 10 horas** da manhã, no Plenário Simão Estácio da Silveira do Palácio Pedro Neiva de Santana na **Câmara Municipal de São Luís**.

A participação dos/as trabalhadores/as da Eletronorte será muito importante, uma vez que a Câmara dos Vereadores de São Luís tem se mostrado parceira da categoria nessa luta, tendo inclusive enviado ao Ministério de Minas e Energia, moção de repúdio contra a privatização da Eletrobras e Eletronorte. ■

PLR 2018 NEGOCIAÇÕES JÁ TIVERAM INÍCIO

A Comissão paritária que tem como objetivo tratar das negociações para a apuração e o pagamento da PLR 2018, já realizou duas reuniões esse ano, ainda que tardiamente.

A primeira foi realizada dia 21/09/2018 no Rio de Janeiro, ocasião em que os sindicatos questionaram a empresa sobre qual contrato de CMDE a empresa iria se basear, se o do período 2017/2021 ou 2018/2022, uma vez que teve acesso a informações, que por ordem do Conselho de Administração da Eletrobras, todos os Conselhos de Administração das empresas da holding foram orientados a repactuar suas metas. A Eletrobras respondeu que seria com base no contrato de metas 2018/2022. Os sindicatos solicitaram que fossem disponibilizados todas as cópias dos contratos de CMDE de todas as empresas da holding, via Comissão Paritária, o mais breve possível.

A Eletrobras apresentou e disponibilizou um

histórico dos resultados referentes aos indicadores de disponibilidade de Geração e Transmissão, comparados com a proposta de metas contidas para os referidos indicadores no CMDE 2018/2022.

A Eletrobras informou a saída dos indicadores ISE BOVESPA do CMDE do rol dos usados para apuração da PLR 2018 sob a justificativa de que estes não serão mais praticados. A Eletrobras também informou que em substituição aos indicadores do ISE passarão adotar outro indicador que meça a economia de custos com consumo (luz, combustível da frota e água), estabelecendo uma meta de 0,2% ao ano em luz e combustível e 0,3% em água.

A Eletrobras também informou que, após reunião com as empresas da holding, resolveu substituir o Indicador Parcela Variável – PV, pelo de Disponibilidade Operativa de Transformadores.

TEMPOS SOMBRIOS VOLTARAM NA ELETRONORTE

O STIU-MA, em atendimento à deliberação dos trabalhadores em assembleia, iniciou paralisação de 72 horas na Operação das Subestações de São Luís 2 e Imperatriz. Tal medida foi a forma encontrada pelos trabalhadores para pressionar a Eletronorte a apresentar uma resposta à proposta de turno de 12 horas. A empresa, mesmo com um processo de negociação em curso, achou por bem ajuizar uma ação contra o STIU-MA. Mas isso será objeto de outro Boletim que o sindicato irá enviar aos trabalhadores.